

EDUCAÇÃO

Docente de universidade será avaliado anualmente

*Segundo o ministro
Paulo Renato, tempo de
trabalho integrará
índice do MEC*

GILSE GUEDES

Os professores das universidades públicas e privadas serão avaliados anualmente pelo governo federal pelo critério da experiência profissional, segundo informou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Segundo ele, o tempo de serviço e a qualidade dos trabalhos dos docentes serão índices usados para o exame técnico. O ministério já fez uma avaliação dos professores usando como base a qualificação por grau de especialização, como mestrado e doutorado.

Paulo Renato explicou que esta é a segunda etapa do exame curricular do professor e deve ser iniciada ainda este ano. "As universidades deverão fornecer essas informações ao ministério e torná-las públicas para que o aluno conheça o resultado."

O ministro disse que o estudo é importante para estimular a capacitação profissional nas universidades e evitar distorções na conceituação dos docentes. "Às vezes, um professor de arquitetura, por exemplo, não tem muitos títulos de especialização, mas trabalhou dez anos como arquiteto e, portanto, é um bom professor." O ministro participou ontem do seminário A Globalização e a Moder-

nização Brasileira, realizado no Rio, pelo PSDB.

Paulo Renato disse ainda que os alunos que pediram a nota individual no Exame Nacional de Cursos, o provão, vão receber ainda neste semestre o resultado pelo correio. Segundo Souza, 85% dos estudantes que participaram do Provão solicitaram ao ministério a nota individual.

Paraná — O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu liminar ontem a um mandado de segurança impetrado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) para que 34 graduandos de Direito possam realizar o provão, mesmo não tendo cumprido o prazo de inscrição.

O STJ entendeu que houve "vícios de comunicação" entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Eduacionais, órgão executor do provão, e a universidade. O relator Pádua Ribeiro também argumentou que a inclusão dos alunos não compromete nenhum interesse.

Segundo o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Alcides Munhoz da Cunha, essa medida abre as portas para outros cursos da UFPR e outras faculdades que enfrentam o mesmo problema. Os comunicados eram destinados para o "sr. coordenador". "Na Federal são centenas de coordenadores", disse Cunha. "Muitos dos comunicados transitaram pela universidade e chegaram ao destinatário com prazo vencido." (Colaborou Evandro Fadel)

MINISTRO DIZ
QUE ALUNOS
CONHECERÃO
RESULTADO